

Governo propõe pacto para substituir importações

Objetivo, segundo o ministro Celso Lafer, é aumentar participação de produtos 'made in Brazil' em toda a cadeia produtiva

Zeca Fonseca

Ramona Ordoñez e
Cláudia Schüffner

• O Governo quer promover um pacto com a indústria brasileira que permita a substituição de componentes importados por bens nacionais nas diversas cadeias produtivas. O objetivo, segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, é o de aumentar a participação de produtos *made in Brazil* em toda a indústria, beneficiando, ainda, pequenas e médias empresas exportadoras. Para isso, será fundamental a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Sebrae.

Governo quer substituir importações por bens nacionais

— A mudança do regime cambial afetou as diversas cadeias produtivas. Minha intenção é examinar cada uma dessas cadeias produtivas, verificar qual foi o impacto e ver em que medida o banco poderá dar sua contribuição a cada uma delas — explicou Lafer, que participou ontem, no Rio, da posse do novo presidente do BNDES, José Pio Borges.

O ministro explicou que o estí-

mulo à nacionalização de componentes não resultará em qualquer política restritiva ao comércio internacional ou de protecionismo, mas para dar isonomia competitiva diante da crise.

— Diante da desvalorização do câmbio, vamos incentivar empresas instaladas no país a investirem de modo a produzirem aqui os componentes que anteriormente eram importados — explicou Pio Borges.

O objetivo do Governo é incentivar as exportações, reduzir o impacto inflacionário da desvalorização do real e minimizar os efeitos da recessão na economia. Para isso, o BNDES destinará US\$ 3,5 bilhões do seu orçamento — R\$ 20 bilhões em 1999 — para as exportações. Para incrementar o comércio exterior, o banco vai criar uma subsidiária que funcionará como os Eximbank (bancos de fomento às importações e exportações) dos Estados Unidos e Japão.

Em outro *front*, justamente na área de preços de combustíveis e energia elétrica, o Governo está negociando com os distribuidores de combustíveis a redução do impacto da desvalorização cambial e do aumento da Cofins



O PRESIDENTE DO BNDES, Pio Borges, à esquerda, e o ministro do desenvolvimento, Celso Lafer: mais créditos

— cuja alíquota subirá de 2% para 3% em 1º de fevereiro — de modo a evitar aumentos para os consumidores.

O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, confirmou que o preços dos combustíveis permanecerão inalterados neste momento, acrescentando que o Governo fará o possível para evitar ou adiar aumentos.

Ontem os representantes dos distribuidores, revendedores e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) se reuniram com o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, para conversar sobre a política que será adotada pelo Governo para conter o aumento nos combustíveis.

— No momento o preço dos

combustíveis não vai subir, mesmo porque a Petrobrás não importou nenhum novo carregamento de petróleo. Por determinação do presidente, o Governo fará tudo que puder para evitar ou adiar aumentos futuros. Essa situação permanecerá enquanto a Petrobrás conseguir arcar com o aumento dos custos — explicou o porta-voz.

Na manhã de ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso já havia garantido ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Fernando Bezerra, que os combustíveis não sofreriam qualquer tipo de reajuste por causa da desvalorização do real.

FH quer evitar aumento do preço dos combustíveis

No Rio, o ministro das Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, confirmou que não haverá qualquer aumento de combustíveis por causa do aumento dos custos da Petrobrás com as importações.

— Não haverá nenhum aumento, no momento, em função da desvalorização cambial. Quanto ao impacto da Pis-Cofins, nesse momento se discute a possibilidade de não repassar nada, ou repassar muito pouco desse aumento para o combustível — explicou Tourinho, esclarecendo que as distribuidoras poderão absorver parte do prejuízo com o aumento dos tributos, recebendo em troca a retirada do ICMS da base de cálculo do tributo. ■

COLABORARAM: Adriana Vasconcelos e Simone Cavalcanti